



Câmara Municipal de Jaguariúna



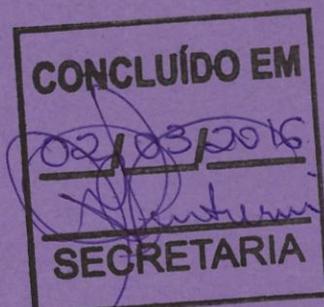
SECRETARIA

Processo Nº 001 Exercício de: 2016

ASSUNTO: Processo CM nº 001 de 2016. Dispõe sobre a
avaliação do cumprimento das Metas Fixadas
3º Quadrimestre de 2015.

Nome: Com. Perm. de Orçamento, Finanças e Contabilidade

AUTUAÇÃO



Aos 25 dias do mês Janeiro de 20 16, nesta cidade de Jaguariúna,
na Secretaria da Câmara Municipal, autuo o processo acima referido como adiante se vê.
Do que para constar, faço este termo.

Eu, _____, Secretário, a subscrevi



Prefeitura do Município de Jaguariúna

Secretaria de Administração e Finanças



Jaguariúna, 25 de Janeiro de 2016.

A Sua Excelência Senhor
Presidente Adilson José Abracez
Câmara dos Vereadores - Jaguariúna - SP

Assunto: **Audiência Metas Fiscais - 4º Quadrimestre**

Senhor Presidente,

Em atendimento a Lei de Responsabilidade Fiscal por intermédio deste, solicitamos a Vossa Senhoria o agendamento da Audiência de Metas Fiscais do 4º quadrimestre do exercício de 2015.

Atenciosamente,

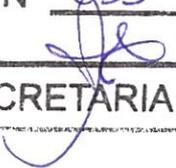

Wagner Ferreira de Brito
Diretor Depto. Adm.
e Financeiro

PROTOCOLO

Nº de Ordem 026

Fla Nº 118 Livro Nº 033

25/01/2016


SECRETARIA

Hoje em 8:5



Regina Mendonça <regina.mendonca@jrscomputacao.com.br>

Para ALZIRA VENTURINI

Bom dia Alzira...

Pois então, o nosso Diretor e idealizador do PROJETO MARKETING DO BEM, João Rodrigues dos Santos, irá realizar mais um evento e gostaria de proporcionar aos seus clientes e amigos uma excelente oportunidade de crescimento e de lucratividade de sua empresa para isso vai ser realizado um Workshop ministrado por Leandro Branquinho www.leandrobranquinho.com.br, especialista em serviços e vendas a varejo.

Este evento além de promover uma visão empreendedora aos empresários de nossa região será de grande importância pois 100% da renda é destinado à Projetos Sociais, cujas entidades estão sendo escolhidas para serem beneficiadas.

Dia: 01/03 (terça-feira)

Horário: 18:30 h

Local: Teatro Municipal D.Zenaide/Jaguariúna

Valor: 01 (um) ingresso (R\$ 60,00)

+ 2 (dois) ingressos (R\$ 50,00)

Muito embora o dia do evento recaia sobre uma terça-feira, dia de sessão na Câmara, é importantíssimo que todos os Vereadores colaborem com o nosso projeto, inclusive o Ver.Fred Chiavegato Neto teve a louvável iniciativa de adquirir ingressos, muito embora tenha justificado sua ausência por conta de seus compromissos parlamentares.

Nunca é demais lembrar que boas ações trazem excelentes resultados.

Desde já agradeço a atenção

att.

Mostrar mensagem original

*Depois da
férias*

--

Regina Mendonça



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



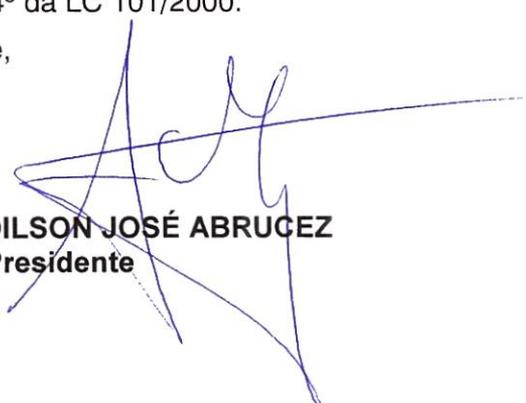
Jaguariúna, 25 de janeiro de 2016

Ofício nº 003/2016.-PRE

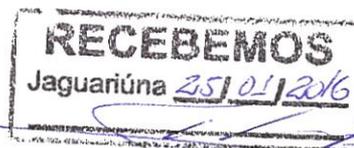
Senhor Presidente,

Passamos às mãos de Vossa Excelência para análise desta Comissão, carta do Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro da Secretaria de Administração e Finanças, que solicita convocação de Audiência Pública para **avaliação do cumprimento das Metas Fiscais – 3º Quadrimestre/2015**, em cumprimento ao disposto ao Art. 9º, § 4º da LC 101/2000.

Atenciosamente,


VEREADOR ADILSON JOSÉ ABRUCEZ
Presidente

Ao Senhor
Vereador Luiz Carlos de Campos
Presidente da Comissão Permanente de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Jaguariúna – S.P.





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Jaguariúna, 26 de janeiro de 2016

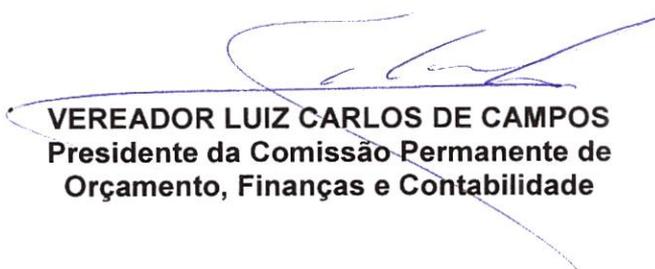
Ao Senhor
Vereador Adilson José Abrucez
Presidente da Câmara Municipal

Nesta

Senhor Presidente,

Solicitamos de Vossa Excelência, a convocação de Audiência Pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 3º Quadrimestre de 2015, em cumprimento ao disposto ao Art. 9º, § 4º da LC 101/2000, se possível na data de **22 de fevereiro corrente (segunda-feira), às 18h00**, nesta **Casa de Leis**.

Atenciosamente,


VEREADOR LUIZ CARLOS DE CAMPOS
Presidente da Comissão Permanente de
Orçamento, Finanças e Contabilidade

PROTOCOLO

Nº de Ordem 030
Folha Nº 119 Livro Nº 033
26/01/2016
SECRETARIA



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2016 **DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2016.-**

ADILSON JOSÉ ABRUCEZ, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71, inciso V) e na Lei nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 9º, § 4º), expede o presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 001/2016, a ocorrer no dia **22 de fevereiro de 2016** (segunda-feira), às 18h00, na **Sala das Sessões desta Câmara Municipal** para:

- **Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais – 3º Quadrimestre de 2015 da Prefeitura Municipal de Jaguariúna.**

Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 26 de janeiro de 2016

VEREADOR ADILSON JOSÉ ABRUCEZ
Presidente



Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Jaguariúna, 27 de janeiro de 2016

Ao Senhor
Fernando Pinto Catão
Secretário Municipal de Administração e Finanças
Jaguariúna – S.P.

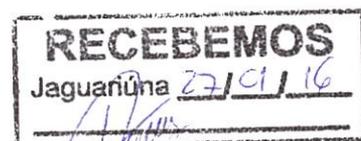
Prezado Senhor

Convidamos Vossa Senhoria para participar da Audiência Pública que ocorrerá no próximo **dia 22 de fevereiro de 2016, segunda-feira, às 18h00, na Sala de Sessões da Câmara Municipal**, nesta cidade, para **Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais – 3º Quadrimestre de 2015.**

Solicitamos que sejam enviados técnicos dessa Secretaria que possam discorrer sobre as Metas Fiscais, esclarecendo-nos sobre as dúvidas que certamente surgirão.

Atenciosamente,


VEREADOR LUIZ CARLOS DE CAMPOS
Presidente da Comissão Permanente
de Orçamento, Finanças e Contabilidade





28

www.jaguariuna.sp.gov.br

IMPRESA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA



PODER LEGISLATIVO - PUBLICAÇÕES OFICIAIS

29 de Janeiro de 2016

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2016
DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2016.-**

ADILSON JOSÉ ABRUCEZ, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71, inciso V) e na Lei nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 9º, § 4º), expede o presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 001/2016, a ocorrer no dia 22 de fevereiro de 2016 (segunda-feira), às 18h00, na Sala das Sessões desta Câmara Municipal para:

☒ Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais – 3º Quadrimestre de 2015 da Prefeitura

Municipal de Jaguariúna.

Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Câmara Municipal de Jaguariúna, 26 de janeiro de 2016

VEREADOR ADILSON JOSÉ ABRUCEZ
Presidente

Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



16

PODER LEGISLATIVO - PUBLICAÇÕES OFICIAIS

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2016 DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2016.-

ADILSON JOSÉ ABRUCEZ, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71, Inciso V) e na Lei nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 9º, § 4º), expede o presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 001/2016, a ocorrer no dia 22 de fevereiro de 2016 (segunda-feira), às 18h00, na Sala das Sessões desta Câmara Municipal para:

- Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais – 3º Quadrimestre de 2015 da Prefeitura Municipal de Jaguariúna.

Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 26 de janeiro de 2016

VEREADOR ADILSON JOSÉ ABRUCEZ
Presidente

Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral

IMPRESA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA



05 de Fevereiro de 2016



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



12 de Fevereiro de 2016



PODER LEGISLATIVO - PUBLICAÇÕES OFICIAIS

CÂMARA MUNICIPAL

COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

CONVITE

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, convida toda população para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA para avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais - 3º Quadrimestre de 2015, da Prefeitura do Município de Jaguariúna, que ocorrerá no próximo dia 22 de fevereiro de 2016, segunda-feira, às 18h00, na Sala de Sessões da Câmara Municipal, nesta cidade.
Câmara Municipal de Jaguariúna, fevereiro de 2016

VEREADOR LUIZ CARLOS DE CAMPOS
Presidente da Comissão Permanente
de Orçamento, Finanças e Contabilidade

EXTRATO DE CONTRATO

Nos termos do parágrafo único do artigo 61, da Lei Nacional nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e demais leis atualizadoras.

CONTRATO Nº: 003/2016.

Contratante: Câmara Municipal de Jaguariúna

Contratada: Rodrigo Macedo de Miranda - Me

Objeto: Prestação de Serviços com Desenvolvimento, Assessoria e Funcionamento do Portal da Transparência da Câmara Municipal de Jaguariúna.

Vigência: Este Contrato entrará em vigor pelo período de 04 (quatro) meses com início em 11 de janeiro de 2016.

Valor total do contrato de: R\$ 6.500,00 (seis mil, e quinhentos reais).

Valor mensal de: R\$=1.625,00= (um mil seiscentos e vinte e cinco reais)

Licitação: Dispensado de Licitação, por não atingir o valor exigido, conforme art. 24, II, da Lei nº 8.666/93, e demais atualizações..

Autorização: Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Adilson José Abruhez.

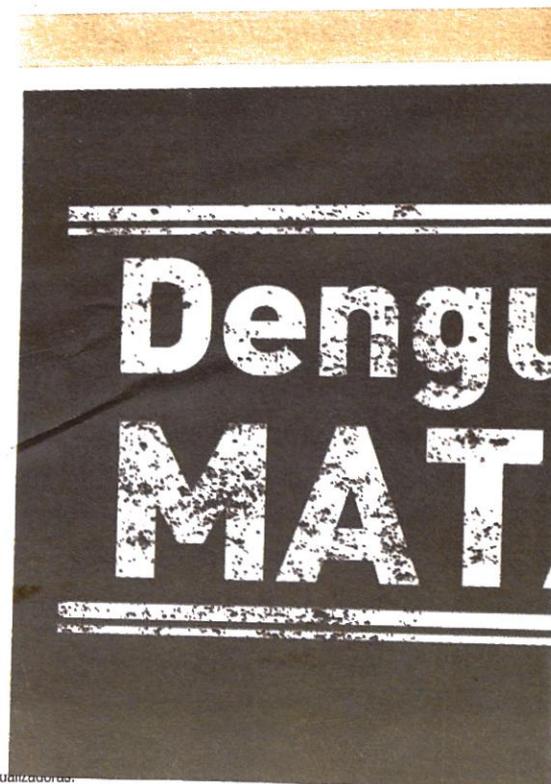
Jaguariúna, 11 de janeiro de 2016

Adilson José Abruhez
Vereador / Presidente

EXTRATO DE CONTRATO

Nos termos do parágrafo único do artigo 61, da Lei Nacional nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e demais leis atualizadoras.

12 de Fevereiro de 2016





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

CONVITE

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, convida para a **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para **avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais - 3º Quadrimestre de 2015**, da Prefeitura do Município de Jaguariúna, que ocorrerá no próximo dia **22 de fevereiro de 2016, quarta-feira**, às **18h00**, na **Sala de Sessões da Câmara Municipal**, nesta cidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, fevereiro de 2016



VEREADOR LUIZ CARLOS DE CAMPOS
Presidente da Comissão Permanente
de Orçamento, Finanças e Contabilidade



PODER LEGISLATIVO - PUBLICAÇÕES OFICIAIS

CÂMARA MUNICIPAL

COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

CONVITE

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, convida toda população para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA para avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais - 3º Quadrimestre de 2015, da Prefeitura do Município de Jaguariúna, que ocorrerá no próximo dia 22 de fevereiro de 2016, segunda-feira, às 18h00, na Sala de Sessões da Câmara Municipal, nesta cidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, fevereiro de 2016

VEREADOR LUIZ CARLOS DE CAMPOS
Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Pauta dos Trabalhos da 2ª Sessão Ordinária, de 16/02/2016

Expediente:

Dos Senhores Vereadores:

Requerimentos:

1. Da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco solicitando ao Vereador da cidade de Praia Grande, Carlos Eduardo Karan, ao Jornal "A Tribuna", da cidade de Santos, esclarecimentos a respeito das reportagens referentes às máquinas de hemodiálise do Centro de Nefrologia de Praia Grande, onde o nome da cidade de Jaguariúna é citado;

2. Do Sr. Ângelo Roberto Torres solicitando ao Executivo Municipal quando será feita a pintura e sinalização de solo com vaga para deficiente na Rua Braz Pinto Catão, ao lado da Igreja Santo Antonio no Bairro Guedes de Baixo, conforme pedido na Indicação nº 294/2015

3. Do Sr. Ângelo Roberto Torres solicitando ao Executivo Municipal informar quando será feita a limpeza e retirada do mato dos terrenos baldios existentes no Bairro Roseira de Cima, em especial, na Rua Cordeirópolis e Rua Paulínia, bem como a limpeza do mato da Escola Adone Bonetti e das creches no mesmo Bairro;

4. Do Sr. Ângelo Roberto Torres solicitando às Estâncias Metrôpolis Turismo e Viação Ltda, para acrescentar um horário de ônibus às 12h00, aos sábados, domingos e feriados na linha que atende aos bairros Floresta e Bom Jardim;

5. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal informar quando será realizada a manutenção e revitalização da Praça Menegon, Bairro São José, bem como quando será feita a reposição das lâmpadas quebradas e queimadas e manutenção nas quadras esportivas;

6. Do Sr. Adilson José Abrucez solicitando ao Secretário de Segurança Pública – Dr. Agostinho Eustáquio Reis, informar se houve autuações de trânsito envolvendo ônibus municipais de transportes coletivos, da Metrôpolis, no ano de 2015; caso afirmativo, informar o número de infrações; e se

houve acidentes envolvendo os dessa empresa no ano de 2015; informar a quantidade e se houve envolvimento de terceiros;

7. Do Sr. Adilson José Abrucez Executivo Municipal informar se residência do Conjunto Habitacional interdita ou com problema estrutural foram construídas, entre outras providências;

8. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do às Estâncias Metrôpolis Turismo e que todos os ônibus que fazem o itinerário até os pontos localizados e Baldassin;

9. Do Sr. Romilson Nascimento Sit Executivo Municipal informar que substituição das placas de identificação toda a Cidade e qual o custo e conclusão da mesma;

10. Do Sr. Romilson Nascimento Sit Executivo Municipal informar se há período para retirada de entulho do Município.

Indicações:

1. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do ao Executivo Municipal operação de tapar buracos no asfalto do Bairro



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PAUTA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS – 3º QUADRIMESTRE DE 2015, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 9º, § 4º DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LEI Nº 101, DE 04 DE MAIO DE 2000), REALIZADA AOS 22 DE FEVEREIRO DE 2016, ÀS 18:00 HS, NA SALA DE SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL.

- O Sr. Presidente da Câmara Municipal faz a abertura da Audiência Pública, passando os trabalhos da mesma para o Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Vereador Luiz Carlos de Campos.
- O Sr. Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Vereador Luiz Carlos de Campos, convida os demais Vereadores Membros da Comissão para fazerem parte da Mesa, sendo os Srs. Luiz Gustavo Gothardo, Vice-Presidente; Rita de Cássia Siste Bergamasco, Secretária.
- O Sr. Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade explica o procedimento para a realização da referida Audiência.
 - O Assessor da Secretaria de Administração e Finanças terá vinte minutos para fazer a explanação a respeito das Metas Fiscais;
 - os Vereadores poderão usar a palavra por cinco minutos, na tribuna, tendo o Assessor o mesmo tempo para responder, facultadas as réplicas e tréplicas;
 - as pessoas presentes na Assembléia também poderão usar a palavra por cinco minutos, desde que, devidamente inscritas, junto às Secretárias da Câmara presentes na Assembléia;
- O Sr. Presidente passa a palavra ao Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças para fazer a exposição das

METAS FISCAIS – 3º QUADRIMESTRE/2015

- Deixa livre a palavra aos inscritos, pela ordem, que terão no máximo, 5 minutos para uso da palavra.

-
-
- Palavras do Sr. Presidente.
 - Encerramento da Audiência Pública.
 - Secretaria da Câmara Municipal, aos 22 de fevereiro de 2016

Atesta a Secretaria da Câmara Municipal de Jaguariúna, em 22 de fevereiro de 2016.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO JAGUARUANA

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

3º QUADRIMESTRE EXERCÍCIO DE 2015



024



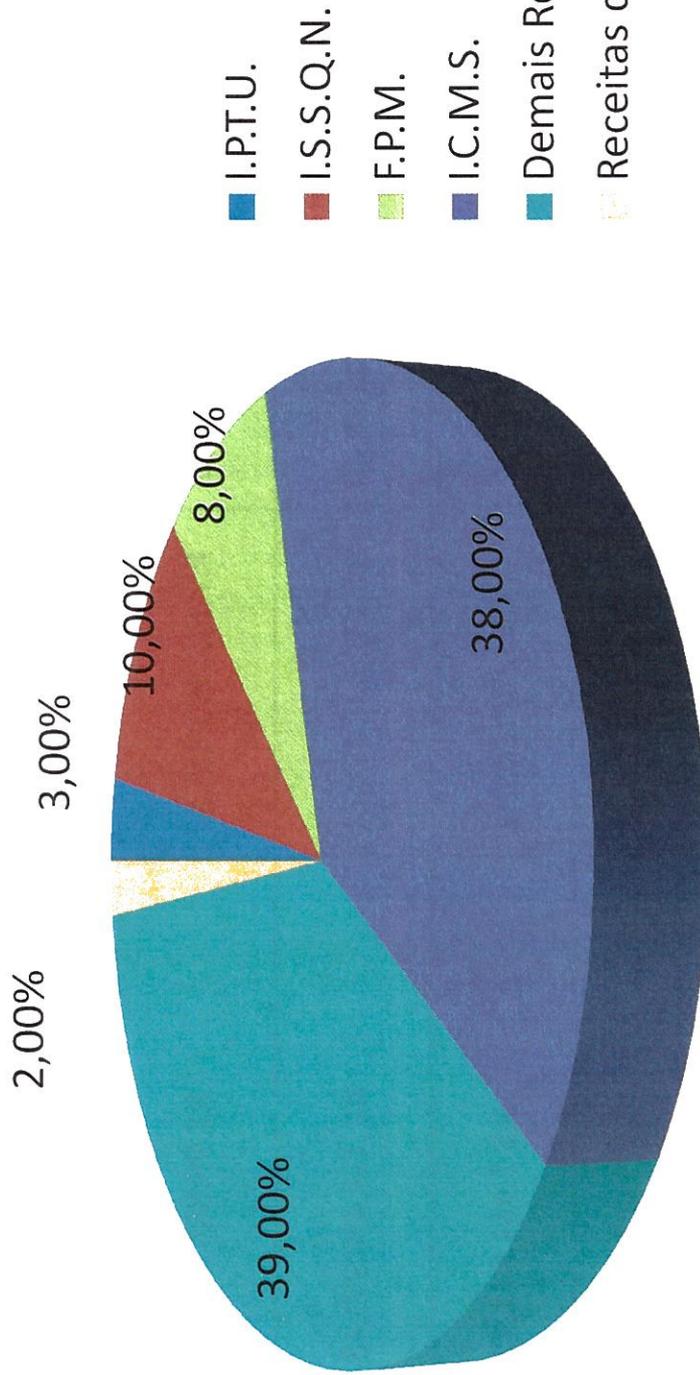
RECEITAS



RECEITAS	VALOR PREVISTO	VALOR REALIZADO	
		3º QUADRIMESTRE	%
Receitas Correntes	R\$ 302.445.829,02	R\$ 276.675.137,43	91,48
I.P.T.U.	R\$ 7.318.992,37	R\$ 8.973.832,07	122,61
I.S.S.Q.N.	R\$ 31.398.495,72	R\$ 27.826.075,35	88,62
F.P.M.	R\$ 25.031.920,00	R\$ 23.319.904,60	93,16
I.C.M.S.	R\$ 127.125.000,00	R\$ 106.536.138,67	83,80
Demais Receitas Correntes	R\$111.571.420,93	R\$ 110.019.186,74	98,61
Receitas Correntes – Intra-Orçamentarias		R\$ 7.270.180,53	100
(-) Contas Redutoras (ICMS,FPM, IPI, ITR,IPVA)	-R\$ 32.449.100,74	-R\$ 26.052.569,69	80,29
Receitas de Capital	R\$ 23.680.477,10	R\$ 4.502.218,41	19,01
Transferências de Capital	R\$ 23.447.277,10	R\$ 4.225.741,45	618,02
Outras Receitas de Capital	R\$ 233.200,00	R\$ 276.476,96	118,56
TOTAL	R\$ 293.677.205,38	R\$ 262.394.966,68	89,35



GRÁFICO - RECEITA





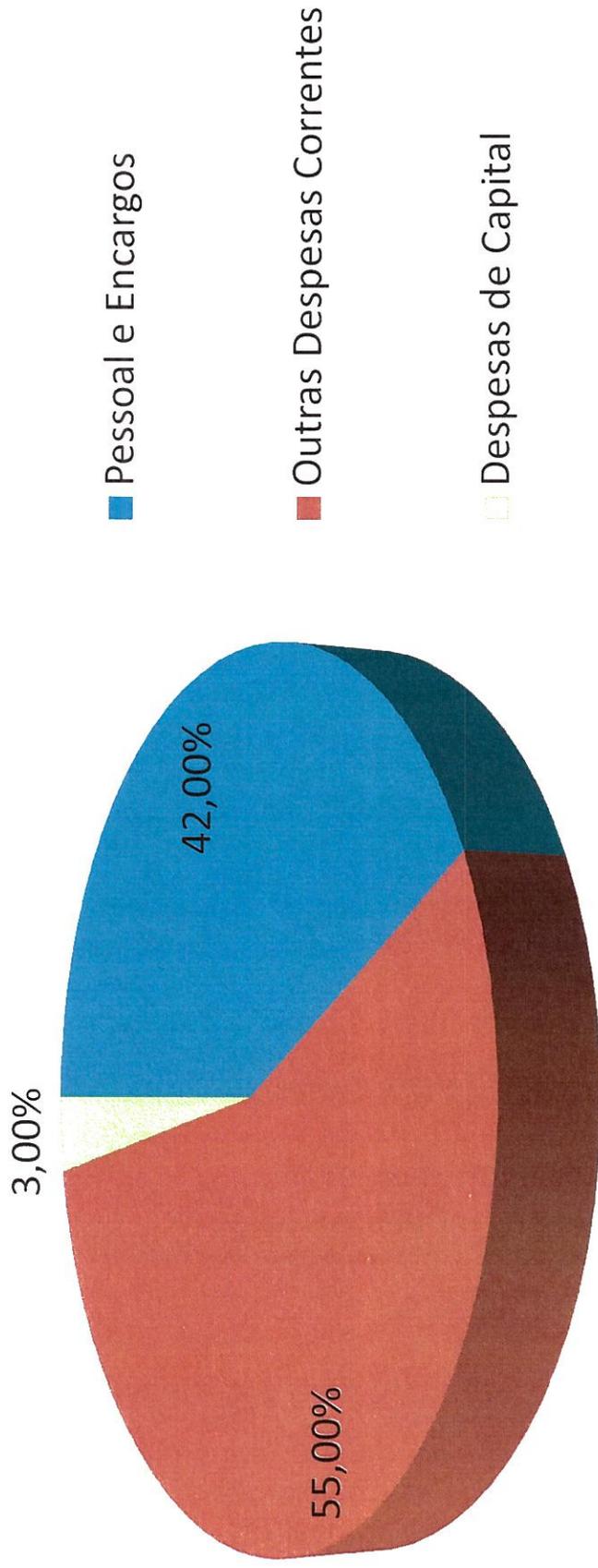
DESPESAS



DESPESAS	VALOR PREVISTO	VALOR REALIZADO	
		LIQUIDADO	PAGO
Despesas Correntes	R\$ 269.256.271,12	R\$ 235.002.039,43	R\$ 217.296.148,46
Pessoal E Encargos	R\$ 112.972.221,52	R\$ 102.363.859,82	R\$ 98.865.155,03
Outras Despesas Correntes	R\$ 156.284.049,60	R\$ 132.638.179,61	R\$ 118.430.993,43
Despesas De Capital	R\$ 20.580.740,27	R\$ 6.928.245,31	R\$ 5.961.841,52
Investimentos	R\$ 20.580.740,27	R\$ 6.928.245,31	R\$ 5.961.841,52
Outras Despesas De Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 289.837.011,39	R\$ 241.930.284,74	R\$ 223.257.989,98



GRÁFICO - DESPESAS





RESTOS A PAGAR



RESTOS A PAGAR DE 2012	R\$ 20.724.493,95
(-) VALORES PAGOS (até 31/12/2015)	R\$ 18.547.646,44
CANCELADOS	R\$ 1.329.429,55
SALDO A PAGAR	R\$ 847.417,96



2017



RESTOS A PAGAR



RESTOS A PAGAR DE <u>2013</u>	R\$ 12.771.589,33
(-) VALORES PAGOS (até 31/12/2015)	R\$ 12.444.326,50
CANCELADOS	R\$ 319.942,13
SALDO A PAGAR	R\$ 7.320,70





RESTOS A PAGAR



RESTOS A PAGAR DE <u>2014</u>	R\$ 19.012.378,16
(-) VALORES PAGOS (até 31/12/2015)	R\$ 17.846.305,84
CANCELADOS	R\$ 820.304,89
SALDO A PAGAR	R\$ 345.767,43



DÍVIDA CONSOLIDADA



ESPECIFICAÇÃO	1º QUADRIMESTRE 2015	2º QUADRIMESTRE 2015	3º QUADRIMESTRE 2015
DÍVIDA CONSOLIDADA	R\$ 18.777.665,21	R\$ 18.905.847,11	R\$ 30.480.432,50



019



RECEITA CORRENTE LÍQUIDA



RECEITAS CORRENTES	R\$ 276.675.137,43
(-) Plano Previdenciário	R\$ 6.001.855,96
(-) FUNDEB	R\$ 26.052.569,69
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	R\$ 244.620.711,78



APLICAÇÕES



ESPECIFICAÇÃO	VALOR APLICADO
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	R\$ 244.620.711,78
DESPESAS COM PESSOAL	R\$ 105.048.902,84
%EM RELAÇÃO R.C.L.	42,94%





RECEITAS DE IMPOSTOS



ESPECIFICAÇÃO	VALOR REALIZADO
IMPOSTOS MUNICIPAIS	R\$ 47.224.106,91
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	R\$ 24.121.129,91
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	R\$ 115.704.672,07
TOTAL	R\$ 187.049.908,89



APLICAÇÃO NA SAÚDE



RECEITAS DE IMPOSTOS	R\$ 187.049.908,89
SECRETARIA EMPENHOS LIQUIDADOS	R\$ 31.636.706,04
ASAMAS-EMPENHOS LIQUIDADOS	R\$ 43.324.000,00
AUXÍLIOS E TRANSFERÊNCIAS	R\$ 6.856.580,65
TOTAL APLICADO	R\$ 68.104.125,39
% EM RELAÇÃO A RECEITA DE IMPOSTOS	36,41%



1021



APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO



RECEITA DE IMPOSTOS	R\$187.049.908,89
DESPESAS COM EDUCAÇÃO	R\$ 37.683.081,05
(+) VALOR RETIDO FUNDEB	R\$ 26.052.569,69
(-) AUXÍLIOS	R\$ 7.709.302,90
VALOR APLICADO	R\$ 56.026.347,84
% EM RELAÇÃO A RECEITA DE IMPOSTOS	30,00%



FUNDEB



VALOR RECEBIDO		R\$ 30.290.481,38	
RENDIMENTOS		R\$ 38.703,73	
TOTAL		R\$ 30.329.185,11	
TOTAL APLICADO		R\$ 30.290.481,38	100%
APLICAÇÃO MAGISTÉRIO		R\$ 23.471.005,10	77,5%



1022



CRÉDITOS



	SALDO EM 31/12/2014	ALTERAÇÕES	SALDO EM 31/12/2015
DÍVIDA ATIVA	R\$ 32.775.816,86	R\$ 13.515.676,71	R\$ 46.291.493,57
SALDO PATRIMONIAL	R\$ 179.557.241,83	R\$ 101.031.131,57	R\$ 280.588.373,40



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



AUDIÊNCIA PÚBLICA – METAS FISCAIS 3º QUADRIMESTRE HOJE, 22/02/2016 – ÀS 18H00

VEREADOR	RECIBO
Alexandre da Silva Santos-Xanndy 9336-4150 / 7821-9575	
Alfredo Chiavegato Neto 3867-2665 / 99177-3055 / 7812-3132	
Ângelo Roberto Torres -Neguita 9320-6199	
David Hilário Neto 3837-4361 / 7814-3398	OK
Fábio Augusto Pina 3837-5412 / 7806-6557 / 9604-2717	
Gerson Antonio –Gerson do Gás 9479-9960 / 9761-7051	
Luiz Carlos de Campos -Bozó 3837-4000 / 3802-1487 / 3802-1625	
Luiz Gustavo Gothardo -Guga res. 3867-2215 / 7803-6280 com.3867-5725	
Rita de Cássia Siste Bergamasco 8227-3666	
Rodrigo da Silva Blanco 7809-3427	
Romilson Nascimento Silva 3837-4049 / 9722-3330	
William de Souza Silva -Zidane 3837-2597 / 9202-9441	



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Ata da Audiência Pública, para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 3º Quadrimestre de dois mil e quinze, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101, de 04 de maio de 2000), convocada através do Edital de Convocação nº 001/2016, datado de 26 de janeiro de 2016, realizada no dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e dezesseis, às dezoito horas, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato” da Câmara Municipal de Jaguariúna, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, nesta Cidade. Presidente Sr. Adilson José Abruhez. Vice-Presidente Sr. Ângelo Roberto Torres. Secretários Srs. Luiz Carlos de Campos e Romilson Nascimento Silva. Presentes os Srs. Vereadores: Adilson José Abruhez, Alexandre da Silva Santos, Gerson Antonio, Luiz Carlos de Campos, Luiz Gustavo Gothardo e Rita de Cássia Siste Bergamasco. Deixaram de comparecer os Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, David Hilário Neto, Fábio Augusto Pina, Romilson Nascimento Silva, Rodrigo da Silva Blanco e William de Souza Silva. Presente, também, o Sr. Wagner Ferreira de Brito, Assessor da Secretaria de Administração e Finanças, convidado, especialmente, para fazer as explanações a respeito das Metas Fiscais, sendo que o mesmo fez parte da Mesa. Inclusive com estas autoridades, estavam presentes na Sala das Sessões, aproximadamente, quinze pessoas, conforme consta de Lista de Presença anexada ao Processo. O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Adilson José Abruhez, deu início à Audiência Pública dizendo que a mesma era realizada para cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade fiscal (Lei nº 101, de 04 de maio de 2000), motivo pelo qual passou os trabalhos daquela Audiência para a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, na pessoa do seu Presidente, Vereador Luiz Carlos de Campos, que cumprimentou a todos e chamou para compor a Mesa, os Membros da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, estando presente, no início da audiência, apenas a Vereadora Rita de Cássia Siste Bergamasco, Secretária, sendo que o Vereador Luiz Gustavo Gothardo, Vice Presidente, chegou já iniciada a Audiência; e também, pela Prefeitura Municipal, representante da Secretaria de Administração, o Sr. Wagner Ferreira de Brito; o Sr. Presidente da Comissão disse que, como estava explicitado ali na pauta, aquela audiência pública foi introduzida pela lei de responsabilidade fiscal e, quadrimestralmente, eles estavam ali na Câmara para estar verificando a situação fiscal do Município; disse que fariam como de costume, o Wagner ia fazer a exposição dos números e depois os Vereadores poderiam se dirigir até a tribuna para estar fazendo o questionamento, e as pessoas presentes, também, poderiam fazer a inscrição com as servidoras da Câmara para vir depois até a tribuna para tirar as dúvidas que quisessem; a seguir, passou a palavra ao Sr. Wagner para as explanações; o Sr. Wagner Ferreira de Brito, Assessor da Secretaria Municipal de Administração e Finanças tomou a palavra, cumprimentando a todos e dizendo que a ideia naquele dia era discutir um pouquinho o fechamento de dois mil e quinze, pois eles tinham fechado dois mil e quinze, o que o Município planejou e como ele executou aquilo que tinha planejado; disse que tinha a Audiência a cada quatro meses onde eles faziam a apresentação, e que aquele era o fechamento de dois mil e quinze; chamando o próximo quadro



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



disse que eram as Receitas, e que tinham ali o valor previsto e que tinham um montante de Receita de trezentos e dois vírgula quatro milhões de reais e arrecadaram duzentos e setenta e seis, e que valia observar que naquele montante de duzentos e setenta e seis vírgula seis milhões, encontrava-se um valor que retornava ao FUNDEB, e que iria ver isso um pouco mais abaixo, e que eles alcançaram noventa e um vírgula cinco, aproximadamente, da intenção deles de Receita Corrente, e que essa Receita Corrente desmembrava em algumas Receitas, por exemplo, IPTU, e que para o IPTU eles tinham um orçamento de sete vírgula três milhões foi para oito vírgula nove, um pequeno reajuste em função do aperto financeiro, o Município precisou fazer um reajuste, e que eles arrecadaram até mais IPTU do que aquilo que tinha no orçamento de maio do ano anterior; sobre o ISS disse que planejaram trinta e um vírgula três, e arrecadaram vinte e sete, oitenta e oito por cento, ou seja, não alcançaram os cem por cento que eles gostariam; o FPM de vinte e cinco foi para vinte e três, noventa e três por cento; o ICMS de cento e vinte e sete foi para cento e seis, oitenta e três vírgula oito; disse que o ICMS, mesmo o cento e vinte e sete já era um valor pequeno, e que o orçamento do Município já tinha sido um orçamento moderado, mesmo assim, observava-se que a arrecadação durante o exercício foi menor do que eles esperavam; as Demais Receitas Correntes, que não entravam em destaque, eram pequenas que, no montante dava um valor relevante, e que eles só alcançaram noventa e oito vírgula seis por cento; depois tinham as Receitas Intra-orçamentárias, e que essa Receita Intra-orçamentária não entrava nessa conta, e era aquela que o município repassava para o fundo de previdência, no caso o JaguarPrev, e que fizeram a soma e a soma não iria bater, e que colocavam porque era o montante; o Município pagava para o JaguarPrev; disse que depois tinham as contas redutoras, e que tiveram vinte e seis milhões de contas redutoras, ou seja, a cada cem reais que o Município recebia de ICMS, FPM, IPVA, vinte por cento o Município deixava numa conta chamada FUNDEB; disse que esse fundo chamado FUNDEB para a educação do ensino, ele era um fundo multi governamental, ele atendia tanto a demanda da União, do Estado, quanto do Município, todo aquele que tinha um atendimento no fundamental, recebia uma parcela em função do número de alunos matriculados; Receita de Capital só chegaram a dezenove por cento, quatro milhões dos vinte e três; Receita de Capital era um pouco mais difícil porque tentava-se buscar esse recurso ou no Governo do Estado, ou no Governo Federal, e acabava não entrando, e que se previa uma creche, ia, tinha algum convênio, alguma intenção de convênio que estava em andamento, ia atrás em função da crise, e que acreditava que os recursos não chegaram, não vieram; Transferências de Capital, na verdade era um desmembramento da Receita de Capital e Outras Receitas, também; Capital era para construção de unidade de saúde, por exemplo, construção de escola, aquisição de veículos, caminhão, munck, guincho, ambulância, equipamentos hospitalares, e que recebiam durante o ano quatro milhões e meio, aproximadamente; e que aquele era o quadro da Receita; diante de manifestação no Plenário, o Sr. Presidente, disse que pela Audiência Pública, se dirigiu ao Sr. Adilson, era a exposição que o Sr. Wagner fazia, a pessoa ia anotando, porque era regimental ser assim, por isso a forma; a seguir, disse que o próximo quadro demonstrava um pouquinho de forma



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



visual, como ficava a Receita de IPTU, três por cento, ISS, dez por cento, FPM, oito por cento, ICMS, trinta e oito por cento e que observavam ali um montante relevante de ICMS, e que hoje a maior arrecadação do Município era ICMS, a maior Receita era ICMS, diante de manifestação no Plenário disse que trinta e nove, não, o IPTU estava com três por cento; disse que o ICMS já chegou a representar setenta por cento da arrecadação, e no hoje representava trinta e oito por cento, quase chegaram na metade; disse que as Demais Receitas somavam trinta e nove, e Receitas de Capital, dois por cento; a seguir, o próximo quadro, falava de Despesas, que eles poderiam se pautar pela coluna do liquidado e que liquidado era, efetivamente, o valor que entrou para o Município, a Nota Fiscal estava lá, foi reconhecido o serviço que foi feito, o bem foi entregue, e que tinham ali o montante liquidado; tinham duzentos e trinta e cinco milhões de Despesas Correntes liquidados, e que a desmembrava em alguns valores, como por exemplo, Pessoal e Encargos cento e dois milhões, ou seja, tinham cem milhões para pagamento de folha e encargos, cento e dois milhões; Despesas Correntes: as demais Despesas Correntes para manutenção da máquina, somavam cento e trinta e dois vírgula seis milhões; Capital, gastaram, praticamente, sete, seis vírgula nove milhões de Despesa de Capital, e que observavam que no quadro anterior arrecadaram quatro e gastaram ali quase sete, ou seja, o Município investiu três milhões a mais daquilo que ele arrecadou, saiu do Tesouro, saiu do caixa da Prefeitura, em torno de três milhões para construção, ampliação, melhora, compra de equipamentos, três milhões acima daquilo que ele recebeu; disse que tinham um montante de duzentos e quarenta e um vírgula nove milhões de Despesa liquidada, ou seja, Despesa efetivamente realizada, e que tinham uma previsão de duzentos e oitenta e nove, e chegou na verdade em duzentos e quarenta e um, pago foi um pouco menos, mas era natural, se fazia a Despesa e ia pagando conforme ia vencendo; no próximo quadro viam o Gráfico da Despesa: Pessoal e Encargos tinham ali quarenta e dois por cento, e que chegaram a quarenta e sete, quase quarenta e oito no decorrer do ano, e a arrecadação, na verdade, melhorou no final do ano e essa melhora que teve acabou os ajudando; tinha quarenta e dois na média, a manutenção da máquina ficou em cinquenta e cinco por cento e três por cento eram Despesa de Capital; disse que a Despesa de Capital era sempre bem vista no meio econômico, porque a Despesa de Capital gerava trabalho, gerava novidade, gerava investimentos, quando se tinha uma Despesa de Capital para construção de uma creche, automaticamente tinha que contratar professores, tinha que comprar equipamentos, tinha que comprar os móveis para a creche, diferente de algum gasto que, por exemplo, se fazia de forma imediata e não tinha um retorno, então, a Despesa de Capital era bem vista; no próximo quadro tratava-se dos Restos a Pagar; disse que em dois mil e doze eles tinham vinte vírgula sete milhões que foram deixados regulamentar, de uma forma regular, inscrito "Resto a Pagar", Valores Pagos: pagaram dezoito, cancelou um vírgula três milhões e ainda faltava para pagar de dois mil e doze, em torno de oitocentos e quarenta e sete mil reais de despesa regularmente empenhada; Restos a pagar de dois mil e treze, ou seja, aquilo que ficou no balanço, no final de dezembro e ficou para ser pago no exercício seguinte; tinham doze vírgula sete milhões e pagaram quase o total, faltavam três mil, ou



Câmara Municipal de Jaguarina

Estado de São Paulo



melhor, faltavam sete mil trezentos e vinte, uma delas era uma rescisão de contrato, na verdade, em função da morte de um servidor, ele faleceu e aí a rescisão ficou lá, a família ainda não levantou, e naquele dia eles entraram em contato novamente com a família, e tinha mais quatro mil reais de uma outra empresa que prestou serviço para o Município em dois mil e treze e, no entanto, não prestou com regularidade, a liquidação ainda não houve dessa despesa e que ainda estavam vendo como iria ser o desfecho disso, se a empresa iria pagar uma multa, mas isso se resumia aos sete mil reais, que faltava; a seguir, iria passar para o quadro Dívida Consolidada, mas tinha mais um Restos a Pagar de dois mil e quatorze, e que neste ano tinham dezenove milhões de Restos a Pagar, pagaram dezessete, cancelaram oitocentos e vinte e faltava, ainda, de dois mil e quatorze, trezentos e quarenta e cinco mil de despesa de dois mil e quatorze; o próximo quadro falava da Dívida Consolidada, e que da Dívida Consolidada eles tinham: começaram o exercício com dezoito milhões e ao finalizar o exercício eles finalizaram com trinta vírgula quatro milhões e que dava para perceber que houve um aumento nesta Dívida Consolidada; disse que parte dessa dívida foi o parcelamento de uma dívida alta que tinha com uma empresa chamada EPPO, em torno de oito milhões, a empresa que fazia a coleta, que fazia a varrição, e quando foi feito o termo de parcelamento, a dívida mudava a sua estrutura, ela deixava de ser uma dívida corrente e passava a ser uma dívida consolidada, porque ela se dava ao longo dos anos, ela não finalizava em doze meses, ela finalizava em alguns anos, e como mudava a natureza dessa despesa, eles a colocavam como Dívida Consolidada, em torno de oito milhões; disse que tinha quatro milhões e alguma coisa que ele se lembrava que se referia a parcelamento com o JaguarPrev, e que tiveram dois parcelamentos no ano anterior e esses dois parcelamentos se encontravam naquele montante, também, e tinha mais uma diferença que ele não se lembrava, naquele momento de cabeça, e que poderia ver se alguém tivesse interesse, dezoito milhões de Dívida Consolidada; e que tinham um montante de Dívida Consolidada de trinta vírgula quatro milhões, fora, Restos a Pagar, e que Restos a pagar era aquela dívida imediata, Restos a Pagar era aquilo que ele não pagou em trinta e um do doze e que iria pagar durante o exercício seguinte e que Dívida Consolidada era aquilo que se prolongava no tempo, eram mais que doze meses para pagamento; o próximo quadro mostrava a Receita Corrente Líquida, e que a Receita Corrente Líquida se formava pegando a Receita Corrente dos últimos doze meses, excluía FUNDEB, Previdência e se tinha a Receita Corrente Líquida, e que em dezembro deu certinho, pegou-se de janeiro a dezembro do ano passado e deu duzentos e quarenta e quatro vírgula seis de Receita Corrente Líquida, e que eles iam usar a Receita Corrente Líquida para algumas observações que iriam fazer em seguida; o próximo quadro: Aplicações. Disse que, por exemplo, tinha ali a sua Receita Corrente Líquida que era duzentos e quarenta e quatro vírgula seis; quanto gastou com pessoal? Cento e cinco vírgula zero, cento e cinco milhões, ou seja, ele gastou com Pessoal e Encargos, quarenta e dois vírgula nove de duzentos e quarenta e quatro vírgula seis milhões, ou seja, ele tinha ali quarenta e dois vírgula nove por cento da sua Receita Corrente Líquida comprometida; por que o Legislador entendia que era importante fazer essa mensuração pela Receita Corrente Líquida? Na Receita



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Corrente líquida vinha algumas Receitas que eram livres para o Município, taxas, contribuições, impostos, não vinham, por exemplo, aquilo que vinha destinado para a construção de uma unidade de saúde, e que aquela não era uma Receita Corrente Líquida, porque ela não era dele, na verdade, ela tinha um carimbo, ela tinha um endereço, e que não podia contar com essa Receita, então, excluía algumas Despesas, por exemplo, na hora que eles fizeram a demonstração tirou lá a Receita previdenciária, porque a Receita Previdenciária não era uma receita do Município, e que devia excluir essa Receita Previdenciária da Receita Corrente Líquida; FUNDEB: por que ele excluía o FUNDEB da sua Receita Corrente Líquida? Porque o FUNDEB também tinha endereço certo, ele vinha cem por cento daquilo e ele tinha que aplicar no ensino, e que fazia o legislador entender que aquilo lá não deveria ser considerado para efeito de Receita Corrente Líquida, e que sua receita livre, quarenta e dois vírgula nove por cento e que ele aplicava em pessoal e encargos; no próximo quadro viam como foram levantadas as Receitas de Impostos; os impostos Municipais eram aqueles que o Município cobrava, exercendo o poder que tinha de tributar e que, por exemplo, o IPTU, o Município fazia o levantamento, via quanto fazia o valor venal, colocava um percentual desse valor venal, e cobrava do contribuinte o IPTU; ISS era em função do serviço; IPTU era em função de um bem, e se tinha aquele bem, pagava-se, e o serviço aquilo que se prestava, e que falou, basicamente, os dois; da União: a Receita de imposto da União era, basicamente, FPM, e que FPM vinha do Imposto de Renda, e como o Imposto de Renda era distribuído para o Município? Era em função do número de habitantes, tinha o número de habitantes e o FPM distribuía; e a transferência do Estado, e que ali dava para perceber, que tinha cento e quinze, e desses cento e quinze, cento e cinco, cento e dois milhões era ICMS, o restante era IPVA, alguma coisinha assim; disse que tinham ali de Receitas do Município, da União e do Estado em torno de cento e oitenta e sete milhões da Receita de Impostos e para que servia isso? Disse que tinha falado no quadro anterior que a sua Receita Corrente Líquida, era uma Receita livre, e falou porque; dentro dessa Receita livre, existiam Receitas que eram absolutamente livres, como o ISS, ou seja, não tinha compromisso nenhum o ISS, e que era diferente de uma taxa; uma taxa, por exemplo, para aprovação de uma planta, e que existia, teoricamente, esforço do Município para avaliar aquela planta, de fazer a fiscalização, e que ele cobrava uma taxa por aquilo que ele fazia; tarifa de água: o Município cobrava o valor da tarifa de água, mas ele tinha o dever, ele tinha a obrigação de oferecer aquela água ao contribuinte até a porta da casa dele; disse que ele recebia aquela tarifa de água, embora fosse uma Receita Corrente, e ela não era absolutamente livre como era o imposto, e que o imposto era absolutamente livre; ele cobrava, a pessoa pagava, e era livre para o Município; disse que existiam duas exigências em relação ao imposto, e como ele era absolutamente livre, tinha duas exceções, e quais eram as exceções? As exceções eram a aplicação na Saúde e a aplicação na Educação; o próximo quadro mostrava a Aplicação na Saúde, e que tinham ali, Receita de Imposto cento e oitenta e sete milhões, eles liquidaram trinta e um vírgula seis, a ASAMAS foi quarenta e três milhões, e que eles deduziram os auxílios que vinham do SUS, por exemplo, compra de algum equipamento, e ele tinha qual o



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



montante que ele tinha aplicado, ou seja, Secretaria mais ASAMAS, menos auxílio SUS: sessenta e oito, e perguntou quanto era sessenta e oito vírgula um, equivalia a qual percentual em relação aos cento e oitenta e sete milhões? Disse que equivalia a trinta e seis vírgula quatro; o Município fazia esse acompanhamento porque tinha uma exigência constitucional, um dispositivo de lei que exigia que o Município gastasse, no mínimo, quinze por cento com a Saúde; a seguir, no próximo quadro viam que era a Aplicação na Educação; era uma mesma Receita de Impostos, cento e oitenta e sete, e que gastou com Educação trinta e sete vírgula seis, e o valor retido no FUNDEB, que o legislador entendia, que esse valor era aplicado, e por que ele era aplicado? Porque ele ia para uma conta chamada FUNDEB do Município, e o Município tinha que aplicá-lo cem por cento, e que ele já excluía ali, trinta e sete mais vinte e seis, tiravam-se os auxílios que vieram, por exemplo, QSE – Quota Salário da Educação, e que eles recebiam em torno de trezentos e cinquenta, quatrocentos mil por mês de Quota Salário da Educação, e que entrava ali: ele somava aquilo que ele gastou, deduzia aquilo que ele recebeu, e ele tinha cinquenta e seis, que equivalia a trinta por cento de sua Receita de Impostos; lembrou que eles tinham o dever constitucional de gastar, no mínimo, vinte e cinco; entre outras coisas disse que o próximo quadro era o FUNDEB, e que recebeu do FUNDEB trinta vírgula dois milhões, quase trinta vírgula três, e um detalhe: ele recebeu trinta vírgula dois milhões mas foi retirado de sua conta outro valor que era vinte e seis vírgula zero, que eles viram no quadro anterior, ou seja, de cada cem reais que recebia, vinte ficava no FUNDEB, e que esse vinte equivalia aos vinte e seis que eles viram lá, ou seja, a União, quem fazia o controle multi governamental do FUNDEB, retirou vinte e seis milhões do Município, e devolveu trinta, em função das matrículas de alunos, o histórico do Município, e que eles tinham um ganho e que esse ganho não era assim, esse ganho era diferente, no passado, retinha-se por exemplo, trinta e devolviam vinte e cinco, vinte e dois, o Município estava bem das pernas, e que agora o Município não estava tão bem, e que retirava deles vinte e seis, e devolviam para eles, trinta; mas qual era o controle que o Município fazia com esse dinheiro? Disse que o Município precisaria aplicar cem por cento desse valor na Educação, com um detalhe: ele aplicou cem por cento na Educação, mas no Magistério, na valorização do Magistério, ou seja, no pagamento de professores e seus encargos, o Município gastou setenta e sete vírgula cinco, e ele tinha o dever de gastar, no mínimo sessenta por cento; disse que o Município aplicou os dois percentuais exigidos do FUNDEB, cem por cento de tudo que veio e setenta e sete vírgula cinco só com folha e encargos de professores, e o último quadro eram algumas informações que eles acrescentaram, e que tinham ali a Dívida Ativa, e que na Dívida Ativa eles estavam em trinta e dois e finalizaram em quarenta e seis vírgula dois milhões; disse que hoje o Município tinha para arrecadar, quarenta e seis vírgula dois, quase quarenta e seis vírgula três milhões de Dívida Ativa; no Saldo Patrimonial ele saltou de cento e oitenta para duzentos e oitenta; disse que ainda tinham duas informações em relação à Dívida Ativa, uma informação em relação à Dívida Ativa e outra em relação ao Saldo Patrimonial; em relação à Dívida Ativa o Município tinha um problema, essa Dívida, há muitos anos atrás, quando foi constituída, eles entendiam que talvez tivesse uma parcela dessa Dívida que era



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



considerada pela doutrina de "Dívida Podre", ou seja, ela não foi bem estruturada, não foi bem constituída, e porque ela não foi formalmente constituída, eles corriam o risco de perder; acreditava que uma boa parcela dessa dívida, que iria ser podre a partir do momento que tivesse uma contestação, porque se não tivesse a contestação era válida, mas era um valor que estava aí e que hoje, uma das coisas que eles batiam nessa dívida ativa, era em relação ao protesto, e que fazia um ano e meio que ele estava, nas reuniões, sempre batendo nessa tecla, da importância de protestar, e uma hora ele iria conseguir convencer todo mundo lá, mas a importância de protestar, porque ele achava que a hora em que eles protestarem... e acontecia hoje, que se a pessoa estivesse devendo nas Casas Bahia, mas estivesse devendo água há dois anos, ele iria pagar as Casas Bahia, porque ela limpava o nome dela e a água... Disse que uma outra coisa que eles começaram a fazer naquele ano, em planta, era o corte, ou seja, eles já estavam licitando uma empresa, e a empresa que ganhasse ela iria efetuar o aviso ao inadimplente, ou seja, não pagou ele iria ser avisado, e depois de ser avisado, teria um prazo e se não ele não fizesse o pagamento, iria ocorrer o corte da água, e que era alguma coisa que, de repente, pudesse ajudar a amenizar o montante da Dívida Ativa, ou seja, o protesto e o corte, o corte estava em andamento e o protesto em fase de convencimento; Saldo Patrimonial: o Saldo Patrimonial tinham pulado de cento e oitenta para duzentos e oitenta, era o valor que era adquirido, o valor que o Município cresceu no seu Patrimônio, e que aquele valor ainda não era um valor absoluto, um valor ideal, mas estavam caminhando para isso; disse que nos últimos dois anos a Contabilidade Pública vinha mudando em relação à Administração Pública; até então, a Contabilidade Pública era focada no aspecto orçamentário, se gastava ou não gastava, se tinha dotação ou não tinha dotação, e que sempre foi esse o foco da Contabilidade Pública, e nos últimos anos, especificamente, nesses últimos dois anos ela estava mudando o perfil, ela estava indo para uma Contabilidade que eles chamavam de uma Contabilidade Patrimonial, ou seja, ela estava caminhando para cuidar melhor do seu Patrimônio; disse que tinham as IPSAS que eram Normas Internacionais de Contabilidade, que estavam vindo para serem implantadas nos Municípios, nos Estados e na União, vieram para ficar, era uma questão de tempo, mas para se ter uma ideia, existia uma preocupação, "quanto vale aquela praça Mogi Mirim para o Município?" Disse que nunca se teve controle de quanto valia uma praça, quanto valia uma rua, uma escola quanto valia? E que iam lá, e viam, quanto se gastou na construção e acabou; mas a ideais no futuro era se depreciar um bem, móvel, como por exemplo um carro, mas reavaliar um terreno, e que hoje tinham terrenos que foram adquiridos pelo valor originário, mas não tinha uma reavaliação, e que estavam caminhando para isso, mas nenhum município, hoje, tinha isso, estavam caminhando; o Tribunal de Contas estava se preparando para dar ferramentas e para cobrar que isso fosse feito, mas a visão hoje era uma contabilidade patrimonial e que existia hoje um manual (mostrou a grossura), e que ele já tinha tido a felicidade de ver o manual inteiro, e que viu o mesmo inteiro e estava grifado, folheou-o inteiro, estudou-o inteiro, na praia, e que lá tinha como era a Contabilidade hoje, como funcionava, os demonstrativos, e era chato, tinha coisas que eles tinham que votar lá e consultar, porque mudou

[Handwritten signature] *[Handwritten initials]* *[Handwritten mark]*



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



muito, mas o foco agora era a Contabilidade Patrimonial, que isso, eles estavam caminhando, ainda, esse valor poderia ser diferente, de repente ele iria depreciar uma máquina que estava no Hospital, depreciar um veículo que estava usando, mas iria reavaliar um terreno, um prédio, uma escola, uma praça, que eles não tinham controle, ainda, mas chegaria lá; a seguir, disse que aquelas tinham sido as considerações, eles tinham uma consideração relativamente focada naquilo que era apresentado, devolvia a palavra ao Sr. Presidente, e ficava à vontade para esclarecimentos. O Sr. Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Luiz Carlos de Campos agradeceu ao Sr. Wagner, dizendo aos Veadores que quisessem fazer uso da palavra, era para se dirigirem à Tribuna, disse, especialmente, ao Sr. Adilson, que estava liberado, podia falar, e as pessoas presentes, também, poderiam fazer inscrição, com a Dani ou a Deise, e quem quisesse era só fazer a inscrição; a seguir, disse ao Sr. Wagner que iria aproveitar, enquanto o Adilson se organizava, para falar a respeito da Dívida Consolidada, ele fez uma soma com os restos a pagar, também, e que viam que se aproximava dos cinquenta milhões de reais, mais ou menos, e que falava que era preocupante; o Sr. Wagner Ferreira de Brito disse que era preocupante, se aproximava dos cinquenta milhões, principalmente, quando começavam a somar dois mil e doze, dois mil e treze, dois mil e quatorze, o valor era alto, requeria cuidados; o Sr. Presidente disse que eram em torno de cinquenta milhões, e falar no hoje que o Município teria que pagar, e que sabia que tinha a Dívida Ativa, como o Wagner tinha falado que era difícil de receber, mas, com certeza, uma hora o Município teria que pagar aquilo, se foi comprovada que foi realizada a despesa, teria que pagar, então, perdia-se cinquenta milhões; diante de manifestações no Plenário, o Sr. Presidente da Comissões disse que, por isso que a hora que o Wagner foi falando, ele somou o que já aparecia ali no quadro Dívida Consolidada, e tinha os Restos a Pagar, dois mil e doze, oitocentos e quarenta e sete mil, dois mil e treze, mais sete mil, dois mil e quatorze, trezentos e quarenta e cinco, e depois a diferença de dois mil e quinze, que encerrou agora que dava quase dezoito milhões e setecentos, e que era a quase a totalidade pelo que se via ali, poucas coisas eram canceladas, confirmou com o Wagner, e que por isso que estava perto dos cinquenta milhões, isso até trinta e um do doze de dois mil e quinze, confirmou com o Wagner mais uma vez; a seguir, chamou o Sr. Adilson José Abruze para fazer uso da palavra, que, na tribuna disse que no gráfico de Receitas, havia Demais Receitas Correntes e perguntou ao Wagner o que seria aquilo, de trinta e nove por cento; o Sr. Wagner Ferreira de Brito disse que, por exemplo, a água, arrecadava em torno de um milhão por mês com água, um milhão e cem e chegou a arrecadar em torno de um milhão e trezentos e entrava lá; o SUS arrecadava em torno de quinhentos mil por mês, Educação, em torno de quinhentos mil por mês, taxas em torno de quatrocentos mil por mês; o Sr. Adilson agradeceu a explicação e disse que vislumbrou; perguntou se o Fundo de Participação do Município era a parte federal que cabia a eles, e perguntou do que ela era composta; o Sr. Wagner disse que era só do Imposto de Renda, e que vinte e dois e meio por cento do Imposto de Renda eram distribuídos aos Municípios, em função do número de habitantes, e que existia um incremento em alguns municípios que possuíam indústrias e que não



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



fazia muito a parte da alçada dele porque não era o caso do nosso Município, mas como exemplo, falou de Águas de Lindóia que era um município turístico, então, não tinha lá grandes indústrias, existiam incrementos para eles, pequenos incrementos, ele não dominava muito a área, mas eles viviam muito do FUNDEB, do FPM, porque o ICMS deles era mínimo; o Sr. Adilson perguntou ao Wagner se ainda existia o IPI, e que aquilo era federal e se não era distribuído; o Sr. Wagner disse que aquilo chegava, mas o valor era pequeno, então, ele entrava nos demais; o Sr. Adilson perguntou se vinha daquele Fundo e o Sr. Wagner disse que não, que ele vinha do IPI, e que o IPI era Estadual e tinha vindo em torno de oitocentos e setenta mil no ano todo, setenta mil por mês, e entrava no gráfico das demais; o Sr. Adilson disse que eles já haviam falado da última vez, na última audiência pública, como por exemplo, eles chamavam de royalties, o imposto que era pago por recursos minerais e que uma parte era devolvida do Município, e perguntou se tinham como localizar aquilo no quadro, no caso da exploração da pedreira; o Sr. Wagner disse que royalties, eles recebiam, mas era pequeno, também, e ele nem sabia se tinham; o Sr. Adilson disse que existia e que eles tinham de recolher, talvez, o valor fosse baixo, porque o minério não fosse de alto valor, mas existia aquele imposto; o Sr. Wagner disse que sim, que existia, mas pelo valor não ser tanto, eles acabavam não colocando lá; o Sr. Adilson perguntou se tinha como saber se a empresa pagava e qual era o valor, se tinha meio de saber, pela Receita Federal, se tinha uma maneira; o Sr. Wagner disse que, no momento, não tinha como saber daquilo, e que uma vez ele entrou em contato com a Secretaria Federal do Meio Ambiente, porque teve um morador da região que queria certificar, então, eles entraram em contato, pegaram no site e viram lá como estava sendo feita a distribuição, e existia a fonte, só que ele perdeu o nome da Secretaria, então, o Sr. Adilson disse que não precisava ser naquele momento, mas para que o Sr. Wagner pesquisasse para ele, noutra oportunidade, só para saber; a seguir, o Sr. Presidente perguntou ao Wagner se o ISS tinha um comportamento que ele estava numa crescente, porque ele estava vendo um percentual dentro da Receita, bem razoável, que era de dez por cento; o Sr. Wagner disse que o ISS era menos do que aquilo, ele cresceu mas, ainda no ano que passou ele cresceu menos do que eles gostariam; para se ter uma idéia, em dois mil e catorze começaram arrecadando um milhão e oitocentos e terminaram em dois milhões e oitocentos, e foi numa crescente e não voltava, então, que tiveram um aumento de sessenta por cento e no ano passado foi diferente, começou com dois e duzentos e terminou com dois e quatrocentos, chegou a dois quatrocentos e cinquenta, voltou para dois e cem, então, o crescimento foi bem menos do que eles esperavam que ele fosse crescer, e ele desconfiava que a crise deveria ter inibido aquela prestação de serviço; houve uma redução e quem trabalhava na área de serviço sabia, teve uma redução drástica com a crise, eles observavam, por exemplo, em restaurantes, menos pessoas; a pessoa que tinha uma máquina de lavar, estava dando problema, ela não consertava, deixava lá, porque tudo o que estava dando para adiar, adiavam, até compras, tudo que podiam, adiavam, e ele achava que aquilo refletiu na área de serviços e acabou refletindo na área de ISS, não teve o crescimento que eles gostariam, era dez por cento, mas eles gostariam que fosse mais, ele achava que chegaria em doze por cento,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



mas não foi, não; o Sr. Presidente disse que lá tinha também alguma coisa de construção civil; a seguir, o Sr. Presidente perguntou ao Sr. Adilson tinha mais alguma pergunta, ou alguém da platéia; em seguida, o Sr. Presidente registrou a presença do Xanddy, do Fernandinho Português, o Secretário de Cultura; a seguir, pediu, novamente, a palavra o Sr. Adilson José Abracez, dizendo que ele ainda tinha dúvidas sobre aquilo que chegaram na conta de cinquenta milhões da Dívida Consolidada, daí foram os oitocentos mil em dois mil e doze, sete mil em dois mil e treze, e o Sr. Presidente disse que trezentos e quarenta e cinco em dois mil e catorze e depois tinha mais o que tinha sido liquidado em dois mil e quinze, daí somando com os trinta milhões do consolidado, daria os cinquenta milhões, porque tinha a diferença de dois mil e quinze, porque ia passar a ser Restos A Pagar, então, a diferença do que foi pago em dois mil e quinze, dava dezoito milhões e setecentos quase, por isso que dava cinquenta milhões; o Sr. Adilson disse que ele achava que eles deveriam dar uma estudada na forma de fazer aquilo, porque por etapa eles não se perdiam tanto, e eles poderiam estudar aquilo; o Sr. Presidente disse que eles tinham de seguir aquilo, porque era o que estava no Regimento Interno; a seguir, o Sr. Presidente perguntou se tinham mais alguma pergunta; pediu a palavra o Sr. Gerson Antonio, que depois de cumprimentar a todos, questionou o Sr. Wagner sobre a Dívida Ativa que era de trinta e dois milhões e já estava chegando a quarenta e seis e quais as atitudes que a Secretaria dele estava tomando para poder receber aquilo, e se aquela Dívida, a maior parte dela, deveria ser de empresas e não da população, aquele valor alto; disse que da outra vez ele perguntou ao Wagner se ele sabia quem eram os devedores lá, enfim, com certeza era os que mais tinham, não pagavam, não cobravam, então, como fariam? E ele não sabia se caberia lá, também, outra coisa que a Prefeitura fazia, era estar limpando aqueles terrenos baldios e depois voltava para cobrar e, perguntou se estava sendo feita aquela cobrança para poder estar aumentando a arrecadação, porque a pessoa tinha o terreno e deixava lá para criar mato e a Prefeitura limpando e ninguém cobrava, daquela forma ficava difícil, porque tinha sempre aqueles que pagavam pelos que não pagavam, e quem pagava não conseguia colher os benefícios que poderiam estar colhendo; o Sr. Wagner Ferreira de Brito disse que ele acreditava que a maioria eram as empresas, e o caminho que o Município tinha era utilizar a cobrança judicial, tinha uma ferramenta na execução que o Município tinha utilizado, mas, ainda era nova e muitos já tinham sido questionados, combatidos, e a ferramenta era: o juiz autorizava o bloqueio de recursos na conta bancária da pessoa, e estar em Dívida Ativa, estar devendo para o Município, aquele que já tinha andado todas as etapas e não conseguiu provar que ele não devia, então, o conceito de Dívida Ativa era aquilo, era líquida e certa, e ia para a execução, porque senão ia para uma outra forma de protesto, daí iam questionar a natureza da Dívida se ela era válida ou não, e como já ia para a Dívida Ativa, o juiz autorizava o bloqueio de recursos na conta da pessoa, e quando chegava naquela fase, segurava bens, a pessoa queria negociar, mas, não tinha muito o que fazer; ele ainda achava que eles poderiam ser um pouco mais duro, a pessoa parcelava, ficava um tempo e desbloqueava os bens, e a margem que se tinha de parcelar a pessoa dava muitos nós na Prefeitura, ela parcelava uma vez, depois de um ano pegava ela de novo e ela parcelava de novo,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



então, o protesto seria uma ferramenta importante, uma análise cuidadosa, eles que eram técnicos era fácil de falar, porque chegava cortava, tirava, mas a vida social era diferente, a vida política tinha todo um contexto, ele achava que acabavam sendo muito generosos, porque tinham pessoas que eram reincidentes e acabavam sempre sendo reincidentes, como o Adilson falou, pagava quatro, quando pagava quatro; quem eram, normalmente eram as empresas e o Município tinha a ferramenta, que era o bloqueio judicial em curso, da pessoa, aquela era a maior ferramenta que tinham, existia outra ferramenta, que era expropriar o próprio bem da pessoa, se ela estava devendo o IPTU, conseguiam chegar e tirar a casa da pessoa, mas era uma ferramenta trágica, difícil, de chegar a tirar a casa da pessoa por causa do IPTU, por isso que ele achava que o protestos era o melhor caminho mais fácil, mais eficaz, acabava não tirando a casa da pessoa, ela ficava devendo, não pagava e não tinha o que fazer, e a pessoa queria limpar o nome; outro questionamento feito pelo Vereador, foi a limpeza de terrenos, e tinha tido uma reunião no finalzinho de dezembro, estavam lá os Secretários e foi discutido a questão da limpeza de terreno, que o Município acabava fazendo, que saía de graça, na faixa, e existia uma burocracia que era notificar, dar um prazo, a pessoa não limpava, daí a Prefeitura falava que ia limpar, daí teve uma brecha no Código de Postura, que o Município limpava e depois cobrava e eliminaria toda aquela burocracia, porque quando ia cobrar, às vezes, tinham dificuldades de achar endereço, então limpava, depois colocavam no cadastro e em janeiro era para ter começado já e ele não tinha aquela informação precisa, mas na última reunião que foi em janeiro, o pessoal estava batendo o martelo que seria em fevereiro; o Sr. Presidente disse que se fossem analisar, treze milhões de descrição, alguma coisa acabava entrando, e tinham coisas que venciam em janeiro e perguntou ao Wagner que deveria ser pouca coisa que acabava entrando da Dívida Ativa; o Sr. Wagner disse que era pouca coisa e que a Dívida Ativa recebia da energia que desprendia para poder cobrar, se quisesse cobrar ia longe, mas tinha que analisar com as ferramentas que tinham, e o Sr. Presidente disse que se fossem analisar de trinta e dois subir treze milhões, era bastante, quase a metade do que já tinha para entrar, então, era bastante, talvez fosse pela crise econômica, também, que, às vezes, a pessoa ficava desempregada e deixava de pagar alguma coisa; a seguir, o Sr. Gerson Antonio disse que só para concluir, na verdade, se nos anos de dois mil e treze, catorze e quinze já não fizeram muita coisa para estarem cobrando, não ia ser no ano atual que era um ano eleitoral, que iriam estar cobrando aquilo, com certeza não estariam usando a ferramenta adequada, então, fazia aquelas parcerias para poder estar ajudando, todos levavam vantagens e só quem perdia era a população, porque não recebiam aquele dinheiro, os que deviam não pagavam, enfim, alguns ficavam bem e a maioria da população ficava mal, para resumir era aquilo; a seguir, o Sr. Presidente disse que a observação que o Vereador Gerson tinha feito e eles sabiam que a situação do País era difícil, o que se deduzia, porque para ter um acréscimo do que teve, só em um ano já tinha a metade para entrar nos cofres, era meio assustador; a seguir, o Sr. Adilson José Abracez disse que tinha entrado para a Dívida Ativa no ano atual, treze milhões, e o que entrava para a Dívida Ativa era, o que a pessoa não pagasse até o dia trinta de dezembro, no ano

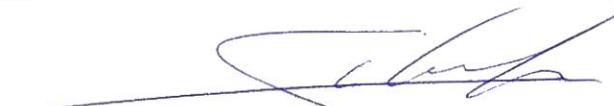


Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



seguinte chegava na Dívida Ativa, porque muitas vezes chegavam na Dívida Ativa naquele contexto, daí iam lá pagava e acabava dando certo, e aquela questão de mandar aquela cartinha no final do ano, ele não recebeu, e perguntou se mandaram para todo mundo; o Sr. Wagner disse que sempre antes de encaminhar a Dívida para a Dívida Ativa, era feita uma notificação para cada devedor, sob prejuízo de comprometer a constituição da Dívida; o Sr. Adilson disse que lá, realmente, estranharam muito os treze milhões na constituição da Dívida, ele não sabia se houve uma conjunção de crise que mexia no bolso ou afrouxamento do recebimento, ele acreditava mais na questão da crise, porque dever para o Poder Público era sempre a última Dívida, era aquela de quem cobrava primeiro, então, aqueles treze milhões foram de dois mil e quinze; o Sr. Wagner disse que nem sempre era dois mil e quinze, por exemplo, se numa ação de fiscalização ele levantava que uma empresa estava devendo um milhão e meio, e que teve um caso daquele, não era um milhão e meio, mas era um valor considerável, achava que era até mais do que aquilo, era inscrição na Dívida ativa, poderia ser dos últimos cinco anos, no momento em que ele levantou, apurou, fazia a inscrição, então, era Dívida do ano ou não, poderia ser Dívidas passadas, normalmente, em ações de fiscalização, e aquilo poderia até ser uma eficiência na fiscalização também; a seguir, o Sr. Presidente perguntou se mais alguém queria fazer uso da palavra, e como não houve inscritos, ele agradeceu mais uma vez a presença do Sr. Wagner em todas as reuniões e audiências públicas ele estava presente; agradeceu a presença da Rita Bergamasco, o Guga, o Luiz Gustavo Gothardo, o Alexandre da Silva Santos, que sempre estiveram presentes, o Vereador Gerson Antonio; agradeceu a presença do Fernandinho, que foi Vereador na Casa por dois mandatos; agradeceu às funcionárias que elaboraram; agradeceu a todos que participaram, à Rita, Presidente do Sindicato, que ia entrar numa discussão da parte salarial e ele esperava que chegasse um projeto bom para a Câmara. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra o Sr. Presidente encerrou a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada pela Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.


Vereador Luiz Carlos de Campos
Presidente


Vereador Luiz Gustavo Gothardo
Vice-Presidente


Vereadora Rita de Cássia Siste Bergamasco
Secretária



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Jaguariúna, 2 de março de 2016

Ao Senhor
Vereador Adilson José Abrucez
Presidente da Câmara Municipal

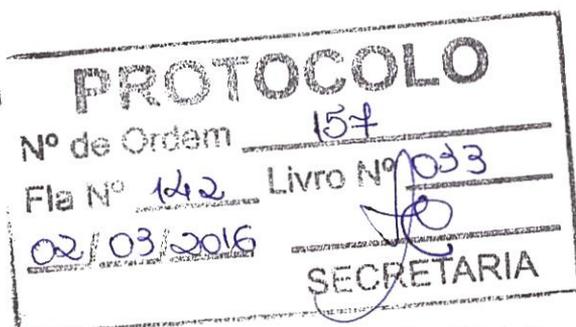
Nesta

Senhor Presidente,

Solicitamos os bons ofícios de Vossa Excelência, no sentido de encaminhar ao Senhor Chefe do Poder Executivo Municipal uma cópia autenticada pela Secretaria desta Casa, da Ata da Audiência Pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 3º Quadrimestre de 2015, acontecida no dia 22 de fevereiro de 2016, nesta Câmara Municipal.

Atenciosamente,

VEREADOR LUIZ CARLOS DE CAMPOS
Presidente da Comissão Permanente de
Orçamento, Finanças e Contabilidade





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



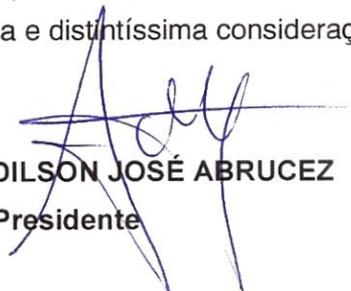
Jaguariúna, 2 de março de 2016

Ofício n.º 85/2016.-PRE

Senhor Prefeito

Atendendo solicitação do Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade (cópia anexa), passamos às mãos de Vossa Excelência cópia da **Ata da Audiência Pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 3º Quadrimestre de 2015**, realizada aos 22 de fevereiro do corrente, por esta Casa de Leis.

Limitados ao exposto, apresentamos a Vossa Excelência os nossos reais protestos de elevada estima e distintíssima consideração.


VEREADOR ADILSON JOSÉ ABRUCEZ

Presidente

À Sua Excelência o Senhor
Tarcisio Cleto Chiavegato
Prefeito Municipal
Jaguariúna – S.P.

